



GT 62. Novos conservadorismos, populismos e liberalismos: perspectivas etnográficas

Coordenador(es):

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Piero de Camargo Leirner (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

A presente década tem sido marcada pela ascensão de lideranças políticas representando a chamada extrema ou nova direita, alt-right, entre outras denominações. É o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Esses atores têm realizado investidas no debate público, intensificando controvérsias e desafiando noções e categorias já canonizadas na epistemologia científica, política, social, filosófica e econômica, tais como “direitos” e “democracia”. Na literatura antropológica e de áreas afins, assim como na esfera pública mais ampla, esses processos têm sido abordados através das chaves analíticas dos “novos” conservadorismos, populismos e liberalismos, em autores como Jean e John Comaroff, Loic Wacquant, Wendy Brown, Melinda Cooper, Philip Mirowski, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Judith Butler, Veena Das, Achille Mbembe, Bruno Latour, Nancy Fraser. O GT pretende oferecer um fórum para discussão de pesquisas antropológicas que vêm abordando essa constelação a partir de múltiplos ângulos, incluindo, mas não se limitando a: novas direitas, bolsonarismo, lavajatismo, cultura neoliberal, intervencionismo militar, terraplanismo, comunicação e mídias digitais, movimentos sociais, novas formas de ativismos, conservadorismo religioso, fake news e pós-verdade. Procuramos preferencialmente trabalhos de cunho etnográfico realizados no Brasil, ou em perspectiva comparada, mas consideraremos também pesquisas de outras ordens, e realizadas em outros países.

Cinema, corpo e políticas da memória: discursos e contradiscursos sobre a ditadura civil-militar brasileira nas produções cinematográficas do Brasil Paralelo

Autoria: Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Essa comunicação tem por objetivo discutir os documentários produzidos pela Brasil Paralelo, empresa de produção cinematográfica e ativismo político digital alinhada à nova direita brasileira e responsável pelas obras e estratégias de circulação que, de acordo com seus próprios membros, representam a “tecnologia que mudou a educação política?”. Tais filmes são objeto de análise de um projeto de pesquisa mais amplo, em que se busca compreender os sentidos atribuídos aos corpos objetos de práticas de tortura no período da ditadura civil-militar no Brasil a partir da forma como tais atos de extrema violência do Estado são rememorados e narrados nos documentários contemporâneos e sua relação com as políticas da memória na nossa história nacional recente. Seguindo a questão posta por Maria Rita Kehl “por que parece que o corpo torturado não diz respeito a maioria de nós?” e a imbricação percebida por Jeanne Marie Gagnebin entre a ignorância e a indiferença em relação às lutas de resistência do passado e o medo corrente da violência cotidiana, ao pensarem “o que resta da ditadura?”, procura-se compreender a convivência, o silenciamento ou mesmo a exaltação de segmentos da sociedade brasileira diante das práticas de extrema violência aplicadas a determinados corpos. Propõe-se aqui que a percepção de tais corpos como corpos abjetos é o que sustenta a “radical desidentificação”, o distanciamento total que torna o sujeito torturado “nosso dessemelhante absoluto?”. Os corpos das vítimas de torturas seriam vistos como transgressores, subversivos ou perigosos, “corpos que perturbam ficções de identidade, sistema e ordem?”. Assim, o corpo é pensado aqui para além de uma entidade na qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação, mas um emaranhado material, social e político, configurado na relação interdependente com outros corpos. Por fim, as questões norteadoras da discussão aqui apresentada são: o que a análise das narrativas e representações sobre o corpo dos



torturados durante a ditadura civil-militar brasileira nos documentários contemporâneos produzidos pela nova direita brasileira revela sobre a memória e o esquecimento relacionados às práticas de violência do Estado? E, principalmente, o que se revela do embate entre memórias pessoais e coletivas, discursos e contradiscursos e a forma como se percebe a prática de tortura pelo Estado no Brasil contemporâneo?



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: